

A Emigração Cearense no Governo Caio Prado (1888 - 1889)

Valdelice Carneiro Girão

Na efervescência política dos movimentos abolicionistas e republicanos, era nomeado, por Carta Imperial de 25 de março de 1888, presidente da Província do Ceará, o Dr. Antonio Caio da Silva Prado, filho do Dr. Martinho da Silva Prado e irmão do renomado escritor Eduardo Prado.

Educado na Europa, com o curso de Engenharia na Escola Francesa de Pontes e Calçadas, de volta ao Brasil matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se e defendendo tese para obter com brilhantismo o título de doutor.

Eleito deputado por sua Província natal, desempenhou importante papel na Assembléia, tomando-se o representante da maioria conservadora.

Como jornalista dirigiu o "Correio Paulistano", órgão conservador, no qual era responsável pela seção literária e científica.

Nomeado presidente da Província de Alagoas, pouco se demorou à frente de sua administração; passando a dirigir a Província do Ceará, assumiu as funções a 21 de abril de 1888.

Substituiu Caio Prado ao Dr. Enéas Araújo Torreão, gestão que recebeu elogios até mesmo dos adversários políticos, quando eram comuns ataques impiedosos feitos aos governantes através dos jornais partidários da época.

Na "Gazeta do Norte" de 20 de abril de 1888, véspera da posse do novo Presidente lia-se "...Deixa o Governo da Província o Exc. Sr. Dr. Enéas Araújo Torreão.

Durante 20 meses coube a S. Exc. dirigir os destinos do Ceará, e a sua administração, que foi até agora a mais longa do domínio conservador, justo é também dizer que foi a melhor [...]. Os atos pratica-

dos pelo Sr. Dr. Torreão revelaram-nos desde logo a honestidade dos seus intuitos; e pareceu-nos melhor e mais patriótico não desviá-lo dessa norma. Quis ser antes de tudo administrador e conseguiu.

Vendo a Província em face de uma dívida de cerca de 400 contos de réis, aplicou a resgatá-la os recursos que iam sobrando das despesas ordinárias e a 3 de setembro do ano findo estava pago o último centil da dívida cearense...”.

A prosperidade do Ceará é confirmada com dados extraídos do Relatório do Presidente Torreão assinado no último dia de sua gestão, quando, expondo o quadro demonstrativo da receita de algumas Províncias brasileiras, justificava: “...Como se vê, a renda ordinária da Província do Ceará excedeu a de Minas, cuja tesouraria é de ordem superior a do Ceará”. E continua adiante: “A receita geral da província para o atual exercício de 1888, está orçada em 2.083:300\$000, que comparado com a despesa igualmente orçada na importância de 1.418.049\$517 réis, deixa à disposição do tesouro o saldo de 665:250\$483 réis, que se pressupõe elevada”. Acrescentando ainda: “Livre de dívida de qualquer natureza, com seu funcionalismo pago em dia, encontra V. Exc. a Província [...] com o numerário existente nesta data nos cofres do Tesouro provincial a soma de 308:566\$295, conforme demonstram os balancetes do estado de Caixa Rural e seus auxiliares...”.

O Dr. Caio Prado recebia o governo cercado de demonstrações de simpatia dos cearenses, mas com as reservas e observações da imprensa local. Na “Gazeta do Norte” de 23 de abril de 1888 em artigo intitulado: “A nova administração”, lia-se: “... as demonstrações de expansiva simpatia que nunca faltam aos governos que começam [...]. Sua Exc. que já deve conhecer o valor dessas manifestações, procura sem dúvida surpreender através delas, a impressão real com que é recebido na Província. Podemos dizer que aqueles que não misturam os seus cumprimentos às efusões do entusiasmo, conservam-se na atitude e expectativa simpática, hesitante; simpatia pelo nome que S. Exc. traz no seu tirocínio administrativo e pelo prestígio de que deve gozar perante o atual Ministério”. Justificando ainda: “Se Exc. vem encontrar a Província encaminhada numa via de prosperidade relativa. A sua produção agrícola tomou estes últimos tempos extraordinário impulso.

A situação financeira que há 3 ou 4 anos era tão melindrosa que nem havia dinheiro no Tesouro para pagar os empregados públicos está hoje completamente desembaraçada”. Sua hesitação era justificada: “É nesse momento, que as apreensões de uma nova seca embora parcial, vem abater o espírito da população e perturbar todas as rela-

ções da vida econômica da Província.

Em face da crise que nos ameaça, do desânimo que vai pelo interior, do êxodo da população que está emigrando aos milhares, para os seringais da Amazônia. É urgente debelar a crise; fazer instantaneamente o que a imprevidência brasileira dos nossos governos tem adiado até agora". E apresenta a fórmula para solucionar o problema: a irrigação artificial com a construção dos grandes reservatórios, comentando: "...Se o Sr. Dr. Caio Prado quiser ligar o seu nome a iniciativa desses melhoramentos, fazendo cessar a interdição a que o governo imperial tem condenado o Ceará, S. Exc. terá feito bastante".

As preocupações eram naturais; mais uma vez, o Ceará deparava-se com o flagelo da seca, a cognominada seca dos **três oitos**.

Ao assumir o governo, Prado viu-se assoberbado por dificuldades de todos os gêneros.

Na política andou às turras com chefes situacionistas quando, segundo Raimundo Girão, "derrubou em curto prazo o partido conservador miúdo, do Barão de Aquiráz, e montou nos postos oficiais os correligionários da facção graúdo-pompeu".

Crivado de censuras, não prestou a isso nenhuma atenção e entregou-se à convivência dos intelectuais da terra. Assim, intelectualizou o Palácio do Governo, abrindo seus salões para receber a elite que o acompanhava às tertúlias, e os pequeniques domingueiros, nos sítios mais aprazíveis de Fortaleza e Maranguape, e chácaras vizinhas.

O "gentleman" que falava francês como parisiense, entendia inglês e tinha modos excepcionais de se portar em qualquer ocasião, é retratado pela pena crítica de João Brígido: "...homem que deslumbrava pelo seu modo principesco, talento, capricho, saliente pela liberalidade [...] hábil e com muito senso prático, mas destituído das noções peculiares do governo local; dum esforço titânico, mas grande dissipador do tempo, obrigado por isso a fazer toda sua correspondência telegraficamente em seus trabalhos de gabinete e horas perdidas da noite. O palácio da presidência era um salão aberto a todo o momento, dançava-se ao meio-dia. As festas ruidosas e as recepções eram contínuas e sua casa dum esplendor que deslumbrava [...] Caio Prado grava as mentes e o sentido à população do Ceará. Com um irmão no Governo considerado o árbitro da situação, com uma família de milionários, com um pé na República e outro no Império, apalpando a civilização nascente e as esplêndidas esperanças do futuro; viajado, amestrado em lingua européia; festejado da mocidade que desponta e olhado com interesse pelas damas, bonito, robusto, gracioso, era o nome

repetido a cada momento, a entidade do dia, a preocupação das gentes”.

Com características tão marcantes, seria Caio Prado imortalizado no romance de Adolfo Caminha, “A Normalista”, romance regionalista que trata dos costumes da época em Fortaleza.

A seca continuou implacável, trazendo juntas a fome, a nudez, a doença e a miséria; aliados à imprevidência e ao descaso da administração pública em executar medidas amplas e eficientes contra a estiagem. As providências àquela época, sobre a interdição do Governo Imperial e um parlamento pouco sensível ao sofrimento de seus contemporâneos, foram as razões da tardia ação do Governo em prestar assistência com serviços públicos. Enquanto isto a “Gazeta do Norte” de 21 de julho daquele ano, verberava: “A crise climática que vai assolando esta Província, não parece haver impressionado o espírito de seus filhos que tem assento em ambas as casas do parlamento.

Enquanto a administração provincial e a imprensa sugerem soluções a minorarem ou neutralizarem os efeitos da seca, os deputados e senadores cearenses guardam o maior silêncio, autorizando por essa forma a crença de que o estado da província não é tão crítico quanto sabemos...”.

Até mesmo as obras planejadas e iniciadas na gestão do Sr. Henrique Francisco D’Ávila como Ministro da Agricultura (1884), com verbas que deviam ser empregadas no prolongamento da estrada de Baturité e no material e serviços da construção do Açude do Cedro, foram paralisadas; segundo seu relatório de Presidente da Província, datado de 15.06.1889: “o meu sucessor (Ministro da Agricultura) não só prosseguiu no caminho por mim encetado mandando sustar as ordens que tinha eu dado para a compra do maquinismo, demitiu as comissões nomeadas do Açude do Quixadá e estudo dos prolongamentos das estradas de ferro, deixando o maquinismo, já comprado, espalhado por diversos pontos, e adiadas todas as obras de regeneração do Ceará”.

A classe pobre esperava o auxílio do Governo para não perecer de fome; e o socorro público vem em maior intensidade em forma de emigração, principalmente para o Amazonas. Migração essa tão comum em outros períodos de flagelos. “O Inferno Verde” atraía como miragem os sertanejos nordestinos expulsos pela seca, acenando o “eldorado dos seringais”. Assunto bem documentado na historiografia cearense. Rodolfo Teófilo, comentando a seca de 1877, escreve: “Cada vapor que tocava em nosso porto, cada navio que tinha de se retirar sem carga, tomava lastro humano, armazenando em seus porões os

infelizes cearenses para soltá-los onde lhe aprouvesse, como cão sem dono”.

O Presidente Caio Prado não fugiu à regra. Apesar dos elogios recebidos como governo que intelectualizou o palácio presidencial e pelas iniciativas tomadas em socorro dos necessitados, como construções de obras de açudagem, foi muito criticado pela imprensa da época, pelas atitudes políticas tomadas e muito especialmente como incentivador da emigração cearense para outras regiões do País.

O jornal Pedro II, de 8 de março de 1889, publica: “É já longa a verba dispensada a pretexto de socorro público devorada pela garganta da improbidade. Para os famintos [...] a assistência oficial converteu-se em manopla com que são arrastados e empilhados nos porões dos navios [...]. Há quem possa justificar a leviandade deste Presidente mandando embarcar, como ainda nos últimos vapores da Companhia Brasileira, 1.320 emigrantes e 1.400 em outro [...]. Não é possível que o Presidente do Ceará continue a gastar mensalmente 50:000\$000 réis do orçamento do Império para ter a triste missão de exportar cearenses a granel [...] atirados ao porão dos navios”. Notícia semelhante saía na “Gazeta do Norte”: “os emigrantes saídos para o Sul e o Norte no decurso de um mês pouco ou mais, com passagens pagas pelos cofres nacionais, atingem até a cifra 1.011; completando na edição de 5 de novembro de 1888. “A perda de braços que a seca vai causando ao Ceará merece a atenção dos poderes públicos e estudo dos que se ocupam com tais assuntos... Além do mais e por cúmulo de sofrimento dos expatriados aí está o recrutamento desenfreado, selvagem, intolerante, exercido em larga escala nas Províncias do Pará e Amazonas a esperá-los à chegada”.

Enquanto a “Gazeta do Norte” de 19 de janeiro já havia citado os seguintes dados de 19 de setembro até 12 de janeiro: “com passagens concedidas pelo governo, deixaram a Província com destino ao Sul (Sudeste) do país 5.641 pessoas; para o Norte, 2.421”.

As recomendações jornalísticas feitas logo após sua posse não foram atendidas. Caio Prado continuou a incentivar a migração dos cearenses não só para o Amazonas. O Sudeste recebeu também um número considerável de emigrantes como mão-de-obra, nos cafezais.

Para completar a tragédia da falta de chuva, proliferou no Ceará uma epidemia mortífera, completando a miséria daqueles infelizes sem remédios e sem alimentos.

O próprio presidente foi uma das vítimas da fatalidade por que passou a Província; acometido de febre amarela, faleceu a 25 de março de 1889. Era ainda a “Gazeta do Norte” que noticiava sua morte,

sem deixar de fazer elogios: "A fatalidade da sorte acaba de prostrar mais uma organização vigorosa e robusta, que parecia fadada às agitações de uma longa existência facilitada pelos dons que o bem-estar material e moral punham o seu serviço.

Mal ferido por uma enfermidade que entre nós é rara e quase sempre benigna, aquele que se chamou Caio Prado nem sequer teve tempo de medir as terríveis consequências deste golpe, sucumbindo de surpresa, traiçoeiramente, quando a mocidade lhe prometia glórias que apenas entrevira nos sonhos do político.

Sua atividade era surpreendente, quase febril, e com a inteligência lúcida de que dispunha resolvia os negócios da administração com prontidões e facilidades verdadeiramente pasmosas.

Nada o quebrantava, nem as naturais contrariedades do governo nem os acidentes múltiplos da vida ordinária [...]. Não vacilava nem caía em hesitações e desfalecimento em face das necessidades complexas de seus administrados.

A prontidão com que tomou certas medidas deve o Ceará não ter sofrido muito mais as consequências da crise climática que o devasta.

Quaisquer que tenham sido os erros de suas administrações, foram sobejamente resgatados pela inteligência e operosa iniciativa das medidas tomadas pelos diferentes pontos da Província".

Morreu na administração de um governo cuja estrutura secular ele não conseguiu mudar; estrutura que praticamente permanece até hoje; dependência e subordinação ao poder central com uma viva tradição de uma política assistencialista acelerada nos períodos de crises. Crises que repetidas vezes impressionaram os governantes. No período Imperial, D. Pedro II chegou a prometer vender jóias de sua coroa em socorro dos flagelados pela fome; e repete-se nos períodos republicanos quando presidentes se comovem a chorar, ao visitar os famintos nas obras públicas.

As mudanças são lentas e superficiais, mas o fenômeno climático se repete e com ele a repetição de um mesmo estado de coisas: o êxodo rural para as cidades e destas para os centros mais desenvolvidos, que continuam a crescer com a mão-de-obra fornecida pelos brasileiros menos favorecidos.

BIBLIOGRAFIA

- GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estática de Fortaleza*, Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1959.
D'ÁVILA, Henrique Francisco. *Relatório do Presidente da Província do Ceará*, 1889.
CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*, São Paulo, Editora J. Fagundes, 1932.
TORREÃO, Enéas de Araújo. *Relatório de Presidente da Província do Ceará*, 1887.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 1888-89

- Pedro II, 1889
- Libertador, 1888
- O POVO, 1963.